



Anais da Assembléia

Número 238

Curitiba, Sexta-feira, em 19 de dezembro de 1997

Ano XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Hordácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Cristóvão - Dirval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Carúfrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Eier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Hordácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 003ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 1997
(SEXTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury
secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e
João Tech.

As dez horas é registrada a presença dos
seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz
Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli,
Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli,
Ironi Pugliesi, Angelo Vanhoni, Ademir Traiano,
Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basilio Zanusso,
Beto Richa, Caito Quintana, Carlos Simões, César
Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duilio Genari,
Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson
Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone,
Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama,
Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel
Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando,
Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos
Alves, Milton Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura,
Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães,
Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da
Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e
Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor
Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a
proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da
sessão anterior, a qual é aprovada sem
observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3335

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de
suas atribuições regimentais, REQUER, a inversão da
Ordem do dia.

Sala das Sessões, em 19.12.97.

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO Nº 3336

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com base
no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o
Plenário, a diminuição de interstício para a realização de
Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão
Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou
outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 19.12.97.

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO Nº 3339

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrevendo uso de
suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário,
respeitosamente REQUER a Transcrição nos Anais desta
Casa de Leis, de matérias publicadas no Jornal Gazeta do
Povo, nos dias, 08.01.95 e 10.02.97, de autoria do Ex-
Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Senhor Heron
Arzua, com os Títulos "Condições Financeiras do Paraná"
e "Finanças do Paraná e Dinamismo Econômico (1990 -
1994)".

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe
o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.12.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projetos de Leis:

PROJETO DE LEI Nº 743/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo transferir
para o Grupo da Fraternidade Espirita Irmão Bezerra de
Menezes, a doação de terreno concedida pela Lei nº 642,
de 7 de abril de 1951, tendo em vista a incorporação da
Sociedade Operária Beneficente Guaíra pela referida
entidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.12.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 642, de 7 de abril de 1951, doou à
Sociedade Operária Beneficente Guaíra, lotes de terreno
situados em nossa Capital. No dia 24 de abril de 1994,
em reunião realizada em sua sede, os integrantes da
sociedade aprovaram por unanimidade a incorporação da
entidade pelo Grupo de Fraternidade Espirita Irmão
Bezerra de Menezes. Com essa incorporação,
entendemos ser necessário transferência da doação do já
citado imóvel para o Grupo de Fraternidade.

Isto posto, esperamos contar com apoio dos
Nobres Pares para aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 744/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a
Associação Comunitária Venezia - ACOVE, com sede e
foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.12.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária Venezia, a entidade
que pretendemos declarar de Utilidade Pública através
desta proposição, desde a sua fundação, tem procurado
lutar pelos interesses de seus associados e da comunidade

de Santa Felicidade, com programas de promoção e integração social.

Isto posto, esperamos contar com apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente:
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Techy, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Techy, constante do expediente, requer a inversão da Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/97, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo a alienar o lote nº 123, situado no Município de Boa Ventura de São Roque a Ceslau Bochniak, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/97

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná, alienar a Ceslau Bochniak, o lote nº 123, da gleba 3, parte 2, da Colônia Boa Ventura, com área de 7,9707 há., situado no Município de Boa Ventura do São Roque, Comarca de Pitanga.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.12.1997.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 15/97

RELATÓRIO

Oriunda da Mensagem Governamental nº 071/97, a presente proposição tem por objetivo autorizar

o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná, alienar a Ceslau Bochniak, o lote nº 123, da gleba 3, parte 2, da Colônia Boa Ventura, com área de 7,9707 há., situado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga.

FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é competência privativa desta Assembleia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

CONCLUSÃO

Nesta condições, nosso parecer é Favorável à proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução, que em anexo apresentamos.

Sala das Comissões, em 02.12.1997

(a) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 029/97, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, autoriza o Poder Executivo a alienar os lotes nºs 66 e 79, situados no Município de Boa Ventura de São Roque a Josafat Forquevicz, conforme especifica. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/97

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná, alienar a Josafat Forquevicz, os lotes nºs 66 e 79, ambos da gleba 7, da Colônia Boa Ventura, com áreas de 14,8605 há. 32.2107 há., situados no Município de Boa Ventura do São Roque, Comarca de Pitanga.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.1997.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 16/97

RELATÓRIO

Oriunda da Mensagem Governamental nº 072/97, a presente proposição tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná, alienar a Josafat Forquevicz, os lotes nºs 66 e 79, ambos da gleba 7, da Colônia Boa Ventura, com áreas de 14.860 ha., respectivamente situados no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga.

FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é competência privativa desta Assembleia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

CONCLUSÃO

Nesta condições, nosso parecer é Favorável à proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação na

forma do Projeto de Resolução, que em anexo apresentamos.

Sala das Comissões, em 02.12.1997

(b) JOEL COIMBRA – Presidente

BASILIO ZANUSSO – Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO – do Projeto Resolução nº 028/97, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo a alienar o lote nº 116, situado no Município de Pitanga, a Gilvan Picolli de Albuquerque, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 028/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná, alienar a Gilvan Picolli de Albuquerque, o lote nº 116, da gleba 7, da Colônia Boa Ventura, com área de 109,16 ha., situado no Município de Pitanga.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.1997.

(b) JOEL COIMBRA – Presidente

BASILIO ZANUSSO – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER A PROPOSIÇÃO Nº 18/97

RELATÓRIO

Oriunda da Mensagem Governamental nº 076/97, a presente proposição tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná, alienar a Gilvan Picolli Albuquerque, o lote nº 116, da gleba 7, da Colônia Boa Ventura, com área de 109,16 ha., situado no Município Pitanga.

FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é competência privativa desta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

CONCLUSÃO

Nesta condições, nosso parecer é Favorável à proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução, que em anexo apresentamos.

Sala das Comissões, em 02.12.1997

(c) JOEL COIMBRA – Presidente

BASILIO ZANUSSO – Relator

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 740/97, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 122/97, que autoriza o Poder Executivo a vender, dar caução e/ou oferecer como garantia de operações de crédito, financiamento e operações de qualquer natureza, ações que deitem da Companhia de Saneamento do Paraná, nos limites e condições que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F..

APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

A Assembléia apreciará a Emenda em 2º turno. APROVADO em 2º turno; Votação ao Projeto. Aprovado. Votação da Emenda do 2º turno. Srs. Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão. Aprovado...

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) – Senhor Presidente, eu requeiro a Verificação de Votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) – Senhor Presidente, eu requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Esta mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda a Verificação de Votação e Chamada Nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO – (Nelson Garcia) – Início da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Responderam a chamada nominal, 32 Senhores Deputados.

Vai se proceder a verificação de votação da Emenda da Sanepar, já aprovada em 2ª Discussão.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda permaneçam como estão. Emenda Aprovada.

O Projeto irá a redação final.

O SR. FLORISVALDO FIER – Registro o voto contrário ao Projeto de Lei nº 740/97.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Devidamente registrado.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 123/97, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 123/97, que autoriza o Poder Executivo a promover nos valores e condições que especifica o refinanciamento da dívida de responsabilidade do Governo do Estado. Visa, ainda, adotar outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F..

Há Emenda do Deputado Caio Quintana, que deixa de ser recebida pela Mesa, porque o Projeto está na fase de votação.

O SR. CAIO QUINTANA (Para Encaminhar) – Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Como sentença máxima do início do pronunciamento eu diria que “a Inês é morta”. A votação está consumada.

Mas eu gostaria de deixar registrado aqui, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, uma preocupação. No dia de ontem, em razão de não termos recebido as mensagens do Governo do período extraordinário, eu acabei me ausentando de Curitiba até 3, 4 horas da tarde, Dr. Rosinha. E nesse período a Sanepar, uma das boas empresas do Governo, foi para CCJ e foi autorizada a sua venda aqui no Plenário em aproximadamente 12 horas.

Cabe a nós sermos a favor ou sermos contra a venda de uma estatal? Não cabe. Cabe a nós a avaliarmos. Mas eu entendo que o Poder Público... e por

isso existe Governo- o Governo é o detentor legal do mandato conferido pelo povo, para gerir e administrar um Estado. Mas é passível de equívocos, de desastres, como aconteceram muitos já na vida nacional, e que depois de cometidos não têm retorno. Principalmente aquilo que é público e passa ser privado.

O porquê da preocupação com a questão da venda da Sanepar, e o risco de controle acionário da Copel? E hoje, nós estamos autorizando uma Emenda, veja bem, para que a COPEL mantenha apenas 51% do controle nas ações ordinárias, quer dizer, no risco de perder o controle. Senhor Presidente, Senhores Deputados, existe um tipo de serviço que é obrigatoriamente feito pelo poder Público para gerar qualidade de vida para a população. Nos Governos PMDB, a partir do Governo de José Richa, Álvaro Dias e Roberto Requião, aproximadamente duzentas mil ligações de "Click Rural" foram feitas no Estado do Paraná pela nossa companhia de energia elétrica. Muitas delas, todos nós somos testemunhas, consumiram um poste, dois, um quilômetro, dois de rede para poder levar luz a duas, três casas lá na barranca do rio no nosso Estado do Paraná. Só quem faz isso 'o Poder Público. Uma empresa com capital particular jamais operará no déficit. Por isso, a existência de serviço público. Po isso, que alguns são obrigados a serem mantidos pelo Poder Público, a saúde, a educação, a segurança, porque se não só quem pagasse poderia ter a prestação desse serviço. A água e a luz fazem parte desse conceito. Hoje a água não é mais conforto dentro de casa, e sim um preventivo de saúde e isso é prerrogativa e obrigação de prestação de serviço pelo Poder Público. Qual é a preocupação? E que nós não tenhamos continuidade de programas de abastecimentos das pequenas comunidades. Eu, como tantos e tantos outros Deputados aqui que representam municípios do interior, têm que Ter em mente que projetos como "Água da Pedra", projetos que estão levando água para as comunidades do interior, fazendo às vezes oito, dez quilômetros de tubos para poder abastecer uma comunidade que tem vinte, trinta ligações de casas lá na Vila Rural, seguramente, com a iniciativa privada isso não será feito. O Governo faz, porque o Governo tem como princípio estabelecer qualidade de vida ao cidadão que mora no interior, até mesmo, para que ele fique residindo nessas comunidades. Tenho muito medo do que estamos votando, porque o controle acionário é algo que se perde a qualquer instante. Se me disserem que tem uma emenda do Deputado Luiz

Cláudio Romanelli que garante 60% das ações com o Governo na SANEPAR, EU DIRIA; "Até esse instante nós temos uma lei que garante 60% das ações com o Governo na Copel". E, no dia de hoje através do artigo 4º do Projeto de Saneamento Financeiro do Estado do Paraná, nós estamos baixando para 51%. Ninguém nos garante que, imediatamente, não possa nos apresentar uma lei autorizando a venda das ações remanescentes. Fica esse pronunciamento aqui como um registro de deposição. Acho que nós estamos caminhando para trás. Nós teríamos que avançar no saneamento e na infraestrutura do Paraná. Quando nós falamos que, investimento se localizam no Estado do Paraná por causa da sua infra-estrutura criada, nós temos que lembrara que, nessa infra-estrutura estão as usinas geradoras de energia elétrica. A COPEL é a melhor empresa do Brasil em eletrificação. Uma das melhores empresas, se não a melhor, que presta consultoria para países do Mercosul é a SANEPAR. Essas empresas saudáveis, rentáveis do Estado do Paraná estão passando para a iniciativa privada. Não há preocupação pelo que represente isso de saída e entrada do controle nas empresas, mas pelo que, seguramente, vai representar em diminuição da expansão dos seus serviços, principalmente nas regiões mais desprotegidas do Estado do Paraná. Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Em votação Srs.

Deputados que aprovam o Projeto permaneçam como estão. **Aprovado.**

Sobre a Mesa, requerimento nº 3339, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** (As matérias acham-se publicadas no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária, marcando uma sessão extraordinária, para logo após a presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL – dos Projetos de Lei nºs. 740 e 741/97

2ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei nºs 028, 029 e 030/97

Levanta-se a sessão.